

OPINIÃO

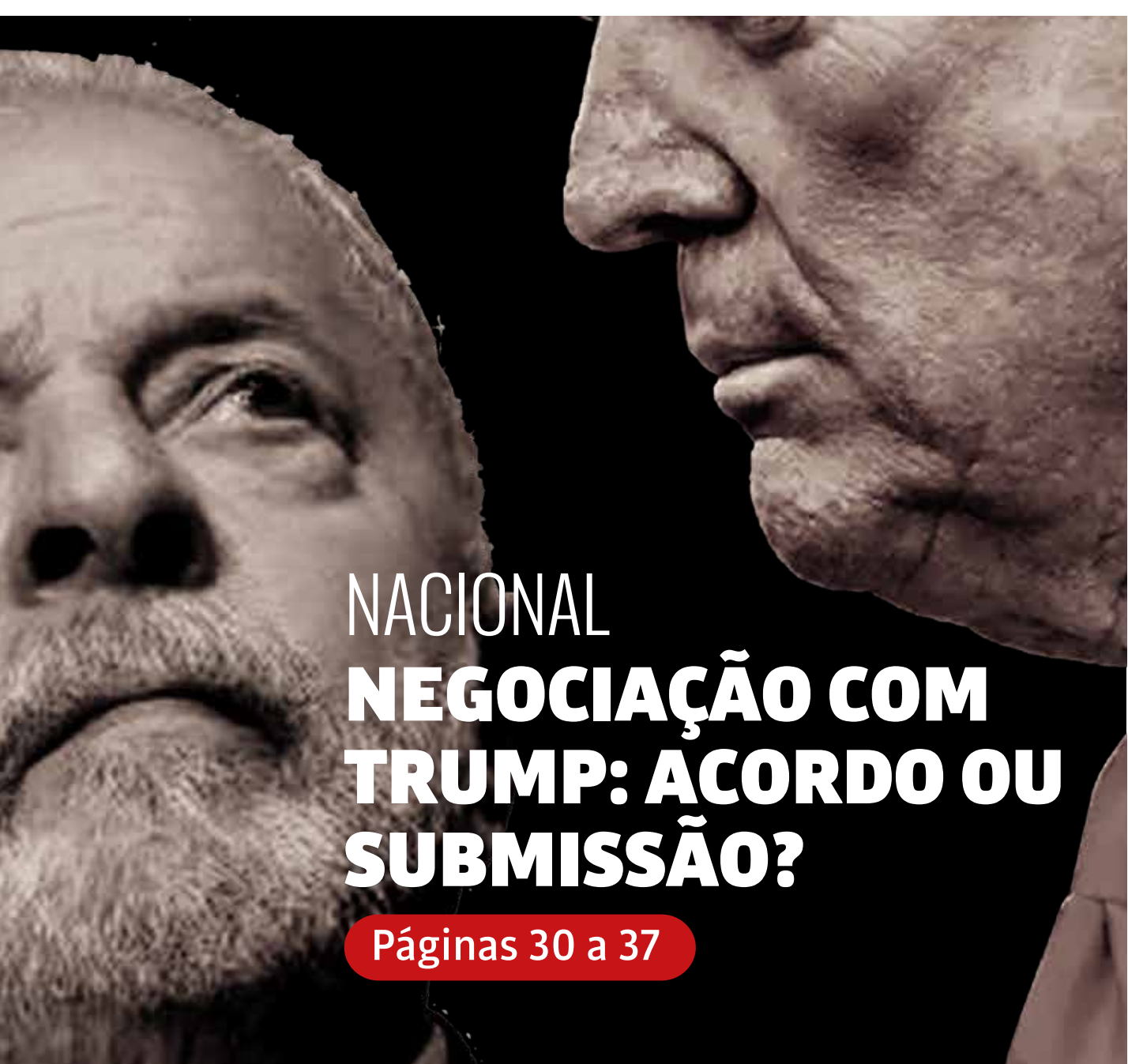
SOCIALISTA



SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA PALESTINA GARANTEM CESSAR FOGO

MAS PLANO DE TRUMP APROFUNDA PROJETO
GENOCIDA E COLONIALISTA

PÁGINAS 22 a 29



NACIONAL
NEGOCIAÇÃO COM
TRUMP: ACORDO OU
SUBMISSÃO?

Páginas 30 a 37

ENCARTE ESPECIAL COP30
O COLAPSO AMBIENTAL
É CAPITALISTA

CLIQUE AQUI E ACESE NA ÍNTEGRA

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

NOTAS | Pág. 4 a 6

Trabalhadores da Avibras fazem ato e participam de audiência

Governo Tarcísio fez acordo com instituto do ET Bilu

Pág. 7 a 11

Editorial

**ORGANIZAR OS DE BAIXO
PARA ENFRENTAR O DESASTRE
CAPITALISTA**

Pág. 12 a 16

Nacional

**SOBREPOSIÇÃO DE CRIMES,
OMISSÃO ESTATAL E UMA
TRAGÉDIA ANUNCIADA**

Pág. 17 a 21

Nacional

**O QUE NÃO TE CONTARAM
SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO
DE RENDA DE LULA E
ARTHUR LIRA**

Pág. 22 a 29

internacional

**TRUMP ANUNCIA O FIM DA
“GUERRA”, MAS A AGRESSÃO
ISRAELENSE CONTINUA**

Pág. 30 a 37

Nacional

**LULA E TRUMP: ACORDO OU
SUBMISSÃO AO IMPERIALISMO
ESTADUNIDENSE?**

Pág. 38 a 42

Nacional

**CONGRESSO NACIONAL E
GOVERNO LULA AVANÇAM O
DESMONTE DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS**

Pág. 43 a 46

Internacional

**DO NEPAL AO PARAGUAI, A
JUVENTUDE REBELDE DESAFIA
GOVERNOS E EXPÕE FALÊNCIA
DO CAPITALISMO**

Pág. 47 a 60

Formação

**O MAPA DA EXPLORAÇÃO NO
BRASIL E NO MUNDO**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo e Victor Pontes

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

SOBERANIA E EMPREGO

Trabalhadores da Avibras fazem ato e participam de audiência



Há 31 meses sem receber salários, trabalhadores da Avibras, uma das poucas fábricas de material bélico do país, foram em caravana a Brasília pressionar pela estatização da empresa. A mobilização foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SP), filiado à CSP-Conlutas.

Os trabalhadores realizaram um ato e exigiram uma audiência com o presidente Lula, mas o Planalto se recusou a recebê-los. Também participaram de uma audiência pública na Câmara dos Deputados que discutiu o PL de autoria de Guilherme Boulos (PSOL), o qual prevê a desapropriação da empresa.

“Quem tem o poder da caneta na mão? Quem é o presidente da República? É o Lula. E nós achamos que o governo tem que resolver essa situação”, afirmou o presidente do sindicato, Weller

Gonçalves, que também é militante do PSTU. “Precisamos saber qual é o aporte que o governo vai dar, porque neste momento a prioridade é o pagamento de centavo por centavo do que se deve para cada trabalhador. Por soberania e garantia de direitos: estatização da Avibras, já!”, reforçou.

“Existe uma situação de emergência, existe uma situação de calamidade; os trabalhadores não suportam mais, e as medidas que temos de tomar precisam estar à altura dessa situação, a caminho da estatização”, também enfatizou Luiz Carlos Prates, o Mancha, da direção da CSP-Conlutas e do PSTU.

LANÇAMENTO

O Visível e Invisível do Acidente de Trabalho
Em quadrinhos
Robert Linhart
L'Etabli - Greve na fábrica
Luis Geraldo Gomes da Silva (Org.)
Fábio Fernando Caricaturas (Arte)

R\$52,00

O VISÍVEL E INVISÍVEL DO ACIDENTE DE TRABALHO

EDITORA **sundermann**

WWW.EDITORASUNDERMANN.COM.BR

BUSQUEM CONHECIMENTO

Governo Tarcísio fez acordo com instituto do ET Bilu

O simpático ET Bilu virou meme em 2010, quando uma tão engraçada quanto trágica reportagem da Rede Record entrevistou o suposto visitante espacial. Pois bem, o homem por trás do ET Bilu, Urandir Fernandes de Oliveira, que ficou famoso por suas excêntricas aparições em programas de auditório, tem uma empresa que assinou um “protocolo de intenções” com o governo Tarcísio.

A Dakila, empresa de Urandir fechou um acordo com a Secretaria de Turismo em junho de 2024, que durou até dezembro, para um “ambicioso projeto com objetivo de mostrar todas as interligações, principalmente do litoral brasileiro até o coração da Amazônia/Ratanabá”. Ratanabá é uma suposta cidade que teria sido fundada há 450 milhões de anos por seres de outro planeta. O objetivo da fundação seria transformar o caminho indígena para a “cidade” numa atração turística.

“É uma rota turística pouco conhecida, mas, a partir desta assinatura, o estado, por meio da secretaria de Turismo, mapeará as informações culturais e científicas a fim de criar a oferta turística e uma rota de aventura e contemplação”, afirmou o secretário de Turismo de Tarcísio, Roberto Lucena.

Enquanto privatiza as escolas públicas, corta verbas das universidades e proporciona a militarização da Educação, Tarcísio promove pseudociência e charlatães. Ele poderia ouvir o conselho do ET Bilu e “buscar conhecimento”.

Organizar os de baixo para enfrentar o desastre capitalista



Lula e Trump. Fonte: reprodução

Nestes tempos de convulsão política, econômica, social e ambiental, tem ficado cada vez mais evidente a impossibilidade de o capitalismo garantir uma vida digna para os trabalhadores.

A geração Z tem se levantado e ido às ruas em todo o mundo, derrubando governos e lutando contra as consequências do capitalismo. A onda de mobilização no Peru, Madagascar, Marrocos, Itália, Nepal, Indonésia, entre outros, mostra que há fôlego e coragem nas novas gerações para enfrentar os ricos e poderosos, capazes de ser o ponto de partida para um mundo diferente.

TRUMP: O SENHOR DA GUERRA E DA OPRESSÃO

Neste contexto de crise e instabilidade, Trump tenta se apresentar como pacificador, mas de pacificador não tem nada. Seu governo, mesmo quando encerra as guerras, é para aprofundar a violência contra os trabalhadores e os povos

oprimidos. Como na Palestina, com seu plano de aprofundamento da colonização de Gaza, e de continuidade da limpeza étnica perpetrada pelo Estado de Israel. O cessar-fogo, embora decretado por Trump, só foi possível por conta da luta heroica do povo palestino. A solidariedade ao povo palestino, portanto, deve seguir.

Já na Ucrânia, Trump pressiona Putin e Zelensky para acabar com a guerra. Mas isso significará a repartição da Ucrânia segundo os interesses das multinacionais dos EUA, e também cedendo território para a Rússia. Ou seja, Trump só reforça o colonialismo, a exploração e a opressão em todo o mundo.

Neste momento em que o Brasil precisaria enfrentar a pancada econômica e política do imperialismo, quando Trump ameaça até mesmo invadir a Venezuela, Lula mostra sua completa subordinação aos interesses dos monopólios capitalistas estrangeiros e aos EUA.

A SUBORDINAÇÃO DO GOVERNO LULA AOS INTERESSES DOS EUA

O Governo Federal vem comemorando as negociações abertas com os EUA sobre as tarifas. Lula aceita se sentar com o chefe do imperialismo para negociar as nossas riquezas, e não é obrigado pela “correlação de forças”: é em defesa da burguesia, dos grandes empresários mesmo.

O presidente brasileiro não só comemora os acenos de Trump, como também tece rasgados elogios ao mandatário estadunidense. Enquanto

isso, vai costurando um acordo que significará ainda mais entrega de nossos recursos, mais rapinagem e lucro aos grandes capitalistas.

A dominação e a exploração dos EUA sobre o Brasil seguem e se aprofundam com a política do governo Lula. É a política econômica capitalista, neoliberal e entreguista a responsável pela situação de desigualdade social, fome e pobreza dos trabalhadores no Brasil.

O ARCABOUÇO FISCAL, O CONGRESSO E A FALSA TAXAÇÃO DOS RICOS

O governo, por outro lado, segue dizendo que quer taxar os ricos, mas não toma nenhuma medida efetiva para isso. A isenção de imposto para quem ganha até R\$ 5 mil também é insuficiente diante do roubo do não reajuste da tabela do IR durante as últimas décadas.

A tal da MP que taxaria os bilionários, ao final, não taxava bilionário nenhum e ainda embutia várias bombas contra os trabalhadores, como um ataque ao auxílio-doença e à educação pública. A medida se resumia a aumentar a arrecadação em cima do povo para cumprir o arcabouço fiscal. O Congresso Nacional, com Tarcísio, o centrão e a oposição de direita, derrotaram a MP não porque estão preocupados com os trabalhadores mas, ao contrário, porque defendem ainda mais cortes sociais. E olha que o governo vem cortando, e muito. Basta ver a situação das universidades, escolas e hospitais caindo aos pedaços.

Governo Lula, Congresso, Tarcísio, cada um a seu modo e de maneiras diferentes, estão

prejudicando os trabalhadores. Enquanto isso, Lula faz discursos mirando a campanha eleitoral, mas a vida dos trabalhadores embaixo não muda.

COP30: O CAPITALISMO VERDE E A FARSA AMBIENTAL

Outro exemplo é a COP30. Não adianta o governo dizer que vai trazer investimento de fora e desenvolver o país. Foi justamente em Belém, sede da COP30, organizada pelo governo para receber vários países, que os operários da construção civil fizeram uma greve histórica. Denunciaram que, enquanto jorra dinheiro para remodelar a cidade para o megaevento “pra gringo ver”, os operários tiveram que ir à luta contra uma proposta de reajuste de R\$ 5,40 da patronal e arrancaram da luta muito mais do que os patrões queriam dar. Nada veio do governo Lula.

O evento será sobre meio ambiente, mas nem disso o governo Lula pode se orgulhar. Os povos da floresta, quilombolas e indígenas seguem enfrentando a grilagem e os pistoleiros e morrendo na fronteira agrícola do agronegócio. O governo liberou um dos maiores planos safra para esse mesmo agronegócio, o principal responsável pelas emissões dos gases do efeito estufa no Brasil. Ao mesmo tempo, Lula pressiona pela liberação da exploração de petróleo na foz do Amazonas, cujo impacto ambiental será imensurável.

A COP30, ao contrário de resolver o problema do clima, será mais um encontro dirigido pelos grandes países imperialistas para fazerem negócios em torno da destruição do meio ambiente. É o tal do capitalismo verde, que

segue destruindo o planeta. Ao seu lado, estão os países governados pelos negacionistas do aquecimento global, como os EUA.

Diante disso, operários, indígenas, quilombolas, povos da floresta e camponeses estão preparando uma forte resposta com mobilização, debate e luta, lá em Belém, contra a COP30 do desastre ambiental, da exploração capitalista e das opressões.

ORGANIZAR OS DE BAIXO PARA ENFRENTAR O DESASTRE CAPITALISTA

É preciso nos inspirarmos nas lutas que estão ocorrendo no mundo. É preciso mudar a sociedade. Para isso, é necessário ter uma alternativa política contra a ultradireita, a conciliação de classes do PT, o eleitoralismo e as alianças com o centrão. Será que a base do PT fez campanha para Lula para que ele elogiasse Trump? Ou se colocasse como refém do Congresso, dando ministérios para o centrão?

É preciso unir e organizar os de baixo: operários, juventude, indígenas, negros, mulheres e LGBTIs, com independência de classe e contra os projetos da ultradireita bolsonarista e da esquerda da ordem capitalista promovida por Lula. Para enfrentar de verdade os capitalistas e a ultradireita, é preciso derrotar a política econômica de Lula.

Por tudo isso, só existe uma saída: superar o capitalismo, construindo uma sociedade socialista. Isso começa na construção de uma organização revolucionária. Venha ajudar o PSTU a construir essa alternativa!■

METANOL, ETANOL E PODER:

Sobreposição de crimes, omissão estatal e uma tragédia anunciada



ERIKA ANDREASSY,
DE SÃO PAULO (SP)



O recente surto de intoxicação por metanol no Brasil, que já resultou em, pelo menos, doze mortes e mais de 110 casos confirmados, revela uma trama criminosa complexa que vai além da simples falsificação de bebidas alcoólicas. Ela envolve sobreposição de crimes, omissões e interesses que atravessam o Estado, o crime organizado e o grande capital. Por trás das dezenas de hospitalizações e mortes, há toda uma cadeia, que vai do desmonte deliberado dos sistemas públicos de fiscalização à adulteração do etanol combustível – que por sua vez foi utilizado para adulterar bebidas alcoólicas ilegais.

O CRIME INICIAL: A ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

A origem desse escândalo remonta à adulteração de etanol combustível, prática ilegal antiga no Brasil e altamente lucrativa. Empresas e distribuidores misturaram metanol – um produto altamente tóxico – ao etanol combustível,

ampliando o volume e o lucro de forma criminosa. Essa adulteração causa danos ambientais (aumenta as emissões e a toxicidade dos resíduos) e econômicos (reduz o rendimento do combustível e danifica motores), mas, neste caso, foi além: parte do etanol adulterado foi desviada para a produção de bebidas alcoólicas ilegais.

Assim, o crime ambiental e econômico se converteu em tragédia sanitária. O metanol, que deveria estar restrito ao uso industrial, entrou na cadeia de consumo humano, contaminando bebidas e matando ou lesionando pessoas.

O PCCE A ECONOMIA MISTA DO CRIME

As investigações da Polícia Federal e do Ministério Público apontam que o esquema de adulteração de combustíveis está ligado a redes empresariais associadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC). O desmonte de uma dessas estruturas revelou uma rede com postos de gasolina, distribuidoras, fintechs e empresas de fachada – uma verdadeira economia mista, na qual negócios legais e ilegais se cruzam sob a mesma lógica de acumulação.

Essa simbiose entre capital e crime é cada vez mais central no capitalismo brasileiro. O tráfico, a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal não são margens do sistema, mas engrenagens de um mesmo mecanismo que transforma tudo em mercadoria. Quando o crime organizado investe em setores “idôneos”, o que está em jogo não é a infiltração do crime na economia formal, mas o quanto a própria economia formal é financiada com dinheiro do crime organizado.

CRIME ORGANIZADO

Tarcísio, a disputa política e o negacionismo oportunista



Tarcísio durante privatização da EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) Foto: Paulo Pinto - Agência Brasil

Em meio às investigações, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, apressou-se em declarar que o PCC “não tem relação com o caso”. A fala, precipitada e sem base, foi menos um gesto de prudência e mais um movimento político.

Tarcísio busca disputar com a Polícia Federal o protagonismo pelas ações contra a adulteração, tentando transformar uma crise sanitária em palanque para sua guerra de vaidades com o Governo Federal. Ao se apressar em negar o envolvimento do crime organizado, o governador tenta resguardar o discurso de “eficiência” e “controle” de seu governo – ainda que isso signifique fechar os olhos para uma realidade gritante.

A disputa entre governos, corporações policiais e interesses privados substitui qualquer preocupação real em resolver o problema. Enquanto isso, seguem as internações, as mortes e o comércio clandestino que alimenta o circuito do lucro.

SOBREPOSIÇÃO DE CRIMES

Com o desmonte da fiscalização sobre a produção e o envasamento de bebidas pelo Governo Federal, por exemplo, o mercado clandestino se expandiu em nível nacional. Hoje as bebidas adulteradas circulam com facilidade por diferentes estados, aproveitando-se da ausência de rastreabilidade e da fragilidade dos órgãos de vigilância sanitária.

Essa é a verdadeira raiz do problema: o crime prospera onde o Estado se ausenta deliberadamente, entregando o controle ao mercado – e, por extensão, ao crime organizado.

LIVRE MERCADO

A farsa do Congresso e o populismo penal

Diante da repercussão, o Congresso Nacional reagiu com o velho reflexo de sempre: endurecer penas. A proposta de tornar a adulteração de bebidas um crime hediondo é a típica resposta simbólica e punitivista que tenta transformar um problema estrutural em questão moral ou de “falta de punição”.

Além de ineficaz, pois banaliza a categoria de crime hediondo, essa medida desvia o foco daquilo que realmente precisa ser enfrentado: o desmonte dos instrumentos públicos de controle e a lógica de lucro que coloca vidas em segundo plano. Não há código penal capaz de substituir fiscalização e prevenção. A criminalização tardia é apenas um alibi para os mesmos que desmontaram o controle estatal.

UM RETRATO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

O envenenamento por metanol não é apenas um episódio trágico, é um retrato do capitalismo brasileiro: a fusão entre economia formal e ilegal, o desmonte deliberado das estruturas públicas, o populismo penal e a disputa por protagonismo entre frações do poder.

Entre o posto de combustível e o copo de cachaça clandestina, o que existe é uma cadeia de omissões e cumplicidades. Cada elo dessa cadeia – do empresário que adultera ao governador que encobre, do Congresso que finge endurecer à vítima que paga com a vida – compõe o mesmo retrato, no qual a barbárie é apenas o outro nome da “liberdade de mercado”. ■

Por trás dessa tragédia sanitária, há toda uma cadeia, que vai do desmonte deliberado dos sistemas públicos de fiscalização à adulteração do etanol combustível.

DESIGUALDADE SOCIAL

O que não te contaram sobre a isenção do Imposto de Renda de Lula e Arthur Lira



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Sessão da Câmara dos Deputados para votar o isenção do IR.
Foto: Lula Marques Agência Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto do Governo Federal que estende a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil (hoje já é isento quem recebe até R\$ 3.036). O projeto foi aprovado por unanimidade pelos 493 deputados presentes no plenário, da esquerda institucional até a extrema direita bolsonarista, passando pelo centrão.

A medida tem um impacto inicial que, num país cuja renda média é de pouco mais de R\$ 3 mil, não é desprezível. Significa, caso passe no Senado, que 9,4 milhões de trabalhadores deixarão de pagar o imposto. Quem recebe na

faixa da isenção, por exemplo, deixará de ter descontado R\$ 335 ao mês e R\$ 4.467 ao ano.

DESFIANDO O NOVELO DESSE PROJETO

Será mesmo que o Congresso dos ricos foi acometido por uma súbita consciência social e, com um projeto relatado por Arthur Lira (PP-AL), resolveu expiar seus desmandos, avançando para a redução das desigualdades sociais? Difícil acreditar, não é?

A primeira coisa importante de se entender é que o governo e a Câmara dos Deputados não aprovaram a atualização da tabela do Imposto de Renda. O projeto simplesmente estabelece uma faixa fixa de isenção até os R\$ 5 mil, uma escadinha até os R\$ 7.350 e depois já descarrega a alíquota máxima de 27,5%. Ou seja, quem recebe R\$ 7.350 vai continuar descontado algo como R\$ 849,29 todos os meses.

Se isso representa certo impacto num primeiro momento, principalmente no ano eleitoral de 2026, ao permanecer fixa ela tende a perder seus efeitos no decorrer dos anos com a inflação. Em não muito tempo, todos que hoje se enquadram na faixa de isenção sairão dela para encarar a alíquota máxima.

O projeto, assim, não corrige a defasagem de 154% acumulada nos últimos anos. Defasagem que, apesar de ter se agravado nos governos Temer e Bolsonaro, se manteve durante todos os governos do PT. Na prática, desde 1996, os trabalhadores mais pobres foram, ano após ano, pagando mais impostos sem o governo precisar

fazer nada. Cálculos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) revelam que, caso a tabela fosse corrigida pela inflação desde 1990, a faixa máxima do IR deveria estar acima dos R\$ 10 mil, e não dos R\$ 7.350 previstos no projeto.

Uma verdadeira atualização da tabela do IR custaria, segundo cálculos do Ministério da Fazenda, cerca de R\$ 100 bilhões, o que o governo afirma ser inviável. Porém só as isenções a grandes empresas, multinacionais e agronegócio custaram R\$ 546 bilhões no ano passado.

NOVA TABELA DE IMPOSTO DE RENDA (PARA 2026)

RENDA MENSAL	DESCONTO (%)	SEM DESCONTO	IMPOSTO A PAGAR
R\$ 5 MIL	100%	R\$ 312,89	R\$ 0
R\$ 5,5 MIL	75%	R\$ 436,79	R\$ 202,13
R\$ 6 MIL	50%	R\$ 574,29	R\$ 417,85
R\$ 6,5 MIL	25%	R\$ 711,79	R\$ 633,57
R\$ 7 MIL	0%	R\$ 849,29	R\$ 849,29

Acima de 7mil a tabela atual será aplicada. Fonte: Ministério da Fazenda.

LIMITADO

O engodo da taxação dos “super-ricos”

O governo e o Congresso dizem que a compensação dessa isenção (na ordem de R\$ 30 bilhões) viria da taxação dos “super-ricos”. A taxação incidiria sobre a renda que hoje é isenta, como lucros e dividendos. Ou seja, se alguém recebe R\$ 1 milhão ao ano em dividendos, pagará uma alíquota de 6,6%. Bem diferente de

um petroleiro, ou até mesmo um metalúrgico ou professor mais antigo e qualificado que recebesse salário de pouco mais de R\$ 7 mil e continuará taxado em 27,5%.

Grande parte desses “super-ricos” (umas 150 mil pessoas) é, na verdade, uma classe média mais endinheirada que pagará um pouco mais de imposto, algo como 2% ou 3%. A renda e o patrimônio dos 69 bilionários do país, que realmente constituem o topo da pirâmide, permanecerão praticamente intocados.

É impossível haver justiça tributária no capitalismo, pois quem paga imposto, o seu próprio ou da empresa e do patrão (quando este não sonega), é o próprio trabalhador, por meio do trabalho não pago. Para além disso, temos um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo. E a política econômica do governo Lula mantém e aprofunda essa injustiça. As grandes empresas, fundos de investimentos, multinacionais, o grande agronegócio, não pagam taxas sobre dividendos, royalties ou remessas de lucros.

ARCABOUÇO FISCAL

Política econômica de Lula impede redução das injustiças sociais

Ao mesmo tempo que aprova a isenção do IR, o governo Lula impõe uma política econômica de austeridade, cujo principal mecanismo, o arcabouço fiscal, estabelece cortes sistemáticos

de recursos públicos, como Saúde e Educação, para garantir o pagamento de juros aos banqueiros através da dívida pública. Impõe ainda um teto ao reajuste do salário mínimo, mantendo um salário de fome, o qual deveria ser hoje de R\$ 7.274,43 segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A esquerda capitalista, ao comemorar e apoiar o governo, ajuda a legitimar essa política neoliberal e entreguista que, ao contrário do que propaga, aprofunda a injustiça social. O projeto, na verdade, não vai fazer com que os ricos paguem impostos nem alterar esse sistema tributário que cai sobre as costas da classe trabalhadora e da classe média.

Somente as mobilizações e a luta vão impor as reivindicações dos trabalhadores. Isso inclui uma real atualização da tabela do IR, a taxação de bilionários e super-ricos de verdade, o fim da escala 6×1, a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e o fim do arcabouço fiscal.■



Lula. Fonte: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

PALESTINA

Trump anuncia o fim da “guerra”, mas a agressão israelense continua



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)



Trump e Netanyahu. Fonte: reprodução

No dia 13 de outubro, o presidente estadunidense Donald Trump anunciou o fim da “guerra” no parlamento israelense. Em um discurso autoproclamatório e com muitos elogios ao criminoso de guerra Binyamin Netanyahu, Trump lembrou o alto-comando sionista que são os Estados Unidos que enviam as armas para Israel e, portanto, têm a palavra final. Além disso, Trump informou que retomará as negociações nucleares com o Irã.

No mesmo dia, Trump se reuniu com líderes imperialistas europeus e árabes na cidade egípcia de Sharm al-Sheikh e reafirmou seu plano de rendição da resistência palestina.

MUDANÇA DE ESTRATÉGIA PARA IMPÔR PLANO COLONIALISTA CONTRA OS PALESTINOS

No início do ano, Trump defendeu a expulsão dos palestinos e a transformação da Faixa de Gaza em um protetorado estadunidense (uma “Riviera”) na qual empreendimentos imobiliários de luxo seriam construídos em frente ao Mar Mediterrâneo. Para isso, manteve todo o apoio político e militar a Israel.

Seu plano foi repudiado pelos palestinos e pela juventude e a classe trabalhadora em vários países. As mobilizações multitudinárias obrigaram vários governos a rejeitarem esse plano e a criticarem o genocídio israelense, ainda que sem nem uma ação concreta, como a aplicação de sanções econômicas e políticas.

Além disso, os ataques israelenses contra o Líbano, a Síria e o Irã colocaram os regimes ricos aliados de Trump na região em estado de alerta. A gota d’água foi o ataque israelense à capital do Catar para eliminar os negociadores do Hamas no dia 9 de setembro. Isso levou a Arábia Saudita a fechar um acordo estratégico de defesa mútua com o Paquistão, uma potência nuclear, no mesmo mês. A credibilidade de Trump foi seriamente abalada.

No início de outubro, Trump mudou sua estratégia para manter suas bases eleitorais, sua influência entre os países árabes e impôr uma derrota aos palestinos. Trump defendeu um cessar-fogo, a troca de prisioneiros, um recuo parcial de Israel em Gaza, o desarmamento da resistência palestina e um “conselho da paz” no qual ele e Tony Blair governariam Gaza por meio

de um governo fantoche “tecnocrático” a ser sustentado por tropas internacionais de países árabes e muçulmanos.

Trump entendeu que as forças israelenses fracassaram em impor seu plano colonialista com o genocídio. Por dois anos, as forças de Israel buscaram eliminar o Hamas e recuperar os prisioneiros israelenses. Elas destruíram Gaza e assassinaram mais de 67 mil palestinos, mas não conseguiram acabar com o Hamas e recuperar os presos israelenses. Além disso, a continuidade das ações militares israelenses em toda a região ameaçava afastar os países árabes de Trump. Por fim, o genocídio provocou repúdio entre os povos de todo o mundo, incluindo a população estadunidense, e até mesmo na base trumpista.

Por isso, Trump obrigou Netanyahu a aceitar o cessar-fogo e telefonar ao emir do Catar, pedir desculpas e prometer nunca mais atacar o Catar sem aviso prévio. Dessa forma, Trump procurou manter as boas relações com seus aliados árabes ricos. E anunciou seu plano de rendição palestina.

RESISTÊNCIA

Hamas aceita cessar-fogo, mas não concorda em depor armas

Os palestinos estavam em uma situação defensiva em Gaza frente ao genocídio imposto pelo Estado de Israel. E Israel estava em situação

defensiva diante da enorme onda de solidariedade internacional com a Palestina.

O plano neocolonial de Trump para Gaza foi aceito pela ampla maioria dos países. Diga-se de passagem, são os mesmos países que, durante os dois anos de genocídio, mantiveram as relações diplomáticas e comerciais com Israel, na contramão da solidariedade à Palestina.

Por fim, houve uma enorme pressão do Catar e do Egito sobre os dirigentes do Hamas para aceitarem o acordo de Trump. Mas pesou a experiência histórica dos palestinos de que toda entrega de armas foi seguida de massacres, como em Sabra e Chatila em 1982.

Dessa forma, o Hamas aceitou o cessar-fogo e a troca de prisioneiros, mas rejeitou a entrega das armas e um governo não palestino para governar Gaza.

GENOCIDA

Estado de Israel continua usando a fome como arma de guerra

Netanyahu engoliu o cessar-fogo, mas continua a agressão contra os palestinos. Por um lado, limita o ingresso de ajuda humanitária em Gaza à metade do necessário, o que constitui crime de guerra. Por outro lado, entrega armas para máfias palestinas aliadas a Israel dentro de Gaza para atacar o Hamas e a população. Por fim, as

tropas israelenses matam palestinos todos os dias, ainda que em número menor que no período anterior ao cessar-fogo.

FUTURO DA PALESTINA NAS MÃOS DA RESISTÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Trump e o Estado de Israel querem o fim da resistência palestina, a manutenção do cerco à Gaza e das agressões colonialistas na Cisjordânia e em Jerusalém (Al-Quds).

Contudo, isso vai depender da resistência palestina e da solidariedade internacional. O Hamas cometeu um erro ao aceitar o cessar-fogo sem denunciar à opinião pública internacional que estava sendo obrigado a fazê-lo pela situação insuportável de fome e destruição em Gaza e sem convocar a juventude e a classe trabalhadora de todos os países a manter as mobilizações populares e obrigar os governos a romper relações diplomáticas e comerciais com Israel. Apesar desse erro, é decisivo manter e ampliar a solidariedade internacional. Ações como as greves gerais na Itália e no Estado Espanhol mostram que a classe operária tem um papel muito importante a cumprir na defesa da Palestina.

Uma vitória contra o plano de Trump é um passo na perspectiva de uma Palestina livre do rio ao mar.

SOLIDARIEDADE

A flotilha e o dia da pesca

No dia 9 de outubro, os 13 brasileiros que

integraram a Flotilha Sumud Gaza desembarcaram no Brasil. Na chegada, o representante da CSP-Conlutas, Magno de Carvalho, relatou um momento de felicidade. Ao chegar na Jordânia após deixar a prisão israelense, palestinos contaram a ele que, graças à flotilha, os pescadores de Gaza conseguiram trabalhar por um dia. Isso porque a marinha israelense estava toda ocupada em sequestrar os 42 barcos da flotilha, dando aos pescadores a oportunidade única de trabalhar. A ajuda humanitária que Israel impediu que a Flotilha entregasse, foi entregue de outra forma. Viva a solidariedade internacional!



COVARDIA

Lula limita crítica à Israel para agradar Trump

A ilusória lua de mel de Lula com Trump respingou na solidariedade com a Palestina. Em visita a Roma no dia 13 de outubro, o presidente Lula declarou: “O Brasil não tem problema com Israel, o Brasil tem problema é com Netanyahu. A hora que Netanyahu não for mais governo, não haverá nenhum problema entre o Brasil e Israel, que sempre tiveram uma relação muito boa”.

Essa declaração lamentável desconhece os 78 anos de apartheid e limpeza étnica a qual os palestinos estão submetidos desde a Nakba (catástrofe) em 1948, quando foi formado o Estado de Israel em base à expulsão de cerca de 800 mil palestinos e à destruição de mais de 500 vilas palestinas.

Essa declaração também desconhece a dívida histórica que o Brasil tem com os palestinos devido às manobras feitas pelo representante brasileiro Osvaldo Aranha na condução da Assembleia da ONU em 1947 para aprovar a partilha da Palestina, sem consulta a seus habitantes, iniciando o processo de expulsão dos palestinos.

Essa declaração esconde a natureza colonialista e racista do Estado de Israel, base para a limpeza étnica do povo palestino, independentemente se o primeiro-ministro é o trabalhista e criminoso de guerra Ben Gurion, a trabalhista e criminosa de guerra Golda Meir ou o

direitista e criminoso de guerra Binyamin Netanyahu.

Mas Lula ainda tem a possibilidade de corrigir essa declaração equivocada. A relatora especial da ONU para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, fez um chamado a todos os países a cumprirem o direito internacional e aplicarem sanções contra o Estado de Israel por crime de genocídio. Essas sanções incluem o embargo militar e energético e o corte de relações diplomáticas. Mais que nunca é necessário que Lula rompa as relações com Israel e convoque todos os países a fazerem o mesmo, em solidariedade com o povo palestino. ■



Palestinos comemoram o cessar fogo. Fonte: reprodução

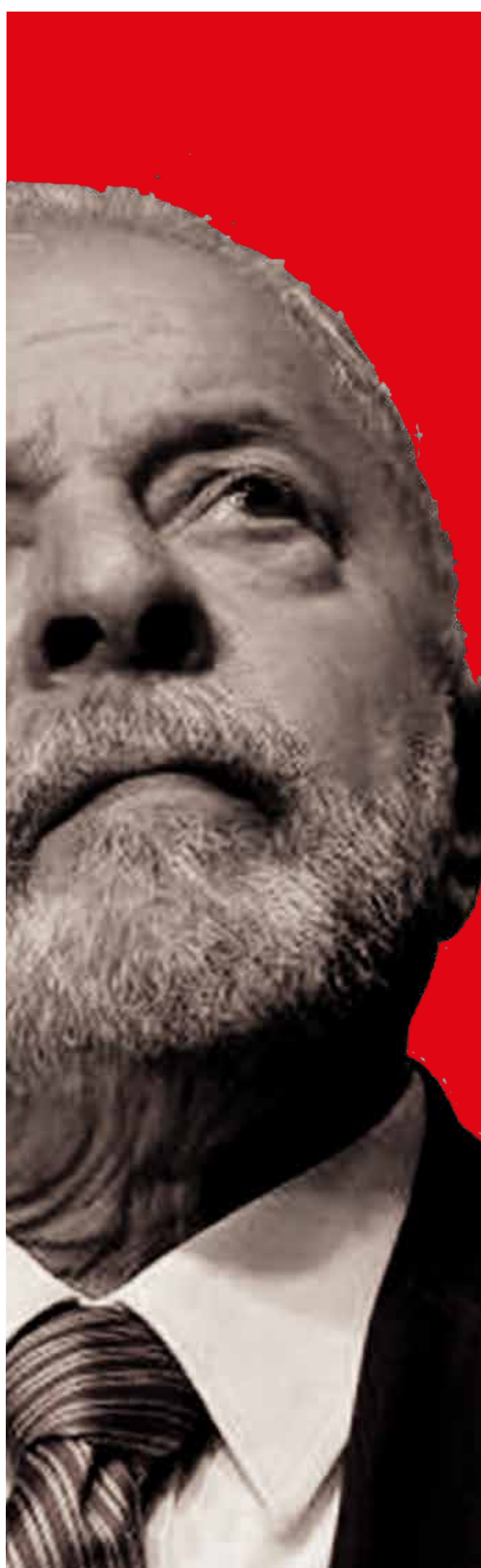
TARIFAÇO

Lula e Trump: acordo ou submissão ao imperialismo estadunidense?

 DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

O líder da principal potência imperialista, Donald Trump, causou surpresa quando, em seu discurso na ONU, revelou que minutos antes havia abraçado Lula e tinha havido uma “química” entre eles. Trump disse que uma breve conversa entre os dois mandatários apontaria para o avanço das negociações em torno do tarifaço.

Vale lembrar que no dia anterior os EUA estenderam suas sanções ao advogado-geral da União, Jorge Messias. Assim como já haviam ampliado os efeitos da Lei Magnitsky aos familiares do ministro Alexandre de Moraes, em retaliação à recente condenação de Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. No dia 6 de outubro, Trump ligou para Lula e prosseguiu em sua tática do assopro após a mordida. Fruto da conversa, o presidente



estadunidense encarregou seu secretário de Estado, o reacionário (mesmo para os padrões trumpistas) Marco Rubio, para dar sequência às negociações. Do lado do governo Lula, o chanceler Mauro Vieira, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Fazenda Fernando Haddad, “defenderão” o país.

Enquanto fechávamos esta edição, uma primeira reunião com Rubio e Mauro Vieira havia acabado de acontecer, no mesmo momento em que Trump escalonava sua chantagem militar contra a Venezuela e o conjunto da América Latina.

ENCONTRO MARCADO

Ao contrário do que tentou fazer parecer Trump e o governo Lula, o inesperado abraço não foi mera obra do acaso. Foi, pelo contrário, preparado de forma milimétrica após intensas conversas diplomáticas secretas, ações de escritórios de lobbies contratados pelo governo no Capitólio e na Casa Branca e até conversas diretas entre Joesley Batista (dono da BRF) e o próprio Trump. Joesley doou nada menos que US\$ 5 milhões para a festa de posse de Trump.

Publicamente, o governo Lula retrocedia em sua campanha publicitária nacionalista (enquanto Haddad colocava na mesa as cobiçadas terras raras, afirmando à imprensa que estava disposto a negociá-las para amenizar o tarifaço). As declarações de Mauro Vieira, o qual afirmou que o plano colonialista de Trump para Gaza merecia aplausos foi outro importante indicador dessa mudança de discurso.

No dia 15 de outubro, às vésperas do esperado

encontro entre Rubio e Mauro Vieira, Lula disse que não houve uma “química” entre ele e Trump, mas “uma indústria petroquímica”. A questão que fica é: Trump mudou de ideia, foi forçado a reverter sua política de ataques econômicos e políticos ao Brasil ou tem mais caroço nesse angu?

RAPINA

O que Trump quer com o Brasil?

O tarifaço imposto por Trump ao Brasil em julho descarregou uma alíquota de 50% sobre os produtos brasileiros. Apesar de recair principalmente sobre as commodities (produtos primários para exportação), 27% atingem produtos industrializados, principalmente do Sudeste.

A diferença do tarifaço imposto por Trump ao Brasil do restante do mundo, porém, foram as justificativas políticas: defender Bolsonaro e a extrema direita golpista, e a “liberdade” das big techs estadunidenses pintarem e bordarem. Ou seja, é um ataque político e econômico contra a soberania nacional, que mirou até mesmo o PIX e a tradicional 25 de Março na capital paulista.

QUINTAL DOS EUA

O governo Trump quer submeter ainda mais o Brasil aos seus interesses. Isso passa por forçar o deslocamento de parte da produção para o território estadunidense, como a BRF que, após fusão com a Marfrig, já havia indicado a intenção de mudar sua sede para os EUA. A Taurus foi no

mesmo sentido após o tarifaço, prometendo transferir sua produção do Rio Grande do Sul ao país de Trump.

Passa por aumentar mais o déficit comercial do Brasil (o “prejuízo” entre o que o país compra e vende), que desde 1997 acumulava mais de US\$ 42 bilhões em favor dos estadunidenses. O tarifaço aprofundou essa tendência, fazendo com que o déficit com os EUA atingisse US\$ 1,77 bilhão em setembro, o maior do ano.

O tarifaço de Trump, porém, vai muito além dos números da balança comercial. Faz parte de uma pressão política para não punir os golpistas (mesmo com a condenação de Bolsonaro agora, seguirá como uma intimidação para 2026 em favor do resultado que melhor lhe agrada) e principalmente para o país entregar o “ouro” cobiçado pelo imperialismo estadunidense: as chamadas terras raras essenciais para os produtos de alta tecnologia, além de liberar de vez o mercado para as big techs sem qualquer regulação, abrindo mão de qualquer resquício de soberania nesses setores.

MORDE, ASSOPRA, MAS SEMPRE ARRANCA UM PEDAÇO

Lula e Haddad tentam fazer parecer que a negociação com os EUA se dará em nível de igualdade. O que não dizem é que, mesmo antes do tarifaço, a economia brasileira já estava submetida ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense. Não apenas por meio da balança comercial, mas com a propriedade dos grandes monopólios imperialistas que, aqui mesmo, exploram diretamente a mão de obra, remetendo

seus lucros para fora. Ou pelo pagamento dos juros da dívida pública, cujo arcabouço fiscal do governo Lula garante que sejam remunerados com uma das mais altas taxas de juros do mundo, desviando recursos de áreas como Saúde e Educação.

Qualquer negociação, nesse sentido, passa por entregar ainda mais o país aos ditames do imperialismo, ao custo de sua soberania, do desenvolvimento industrial e tecnológico. Essa chantagem já havia ocorrido em 1988, quando o então governo de Ronald Reagan impôs uma tarifa de 100% sobre o Brasil. O motivo: o país começava a desenvolver computadores que disputariam com o recém-lançado Macintosh da Apple e ainda não reconhecia a patente de medicamentos. O recém-eleito presidente Fernando Collor viajou a Washington antes mesmo de tomar posse, para garantir o respeito à patente dos medicamentos estadunidenses e prometer o fim do desenvolvimento da indústria de informática.

Já a tática de Trump é a do “morde e assopra”. Impõe uma tarifa, recua, mas sempre sai ganhando. No caso do Brasil, hoje, principalmente as terras raras e o caminho livre para as big techs, com a conivência e cumplicidade do governo Lula e de uma burguesia subalterna e capacha. O resultado é a perpetuação de nosso estado de subalternidade e subdesenvolvimento.

A ofensiva imperialista de Trump vai muito além dos números da balança comercial.

ENTENDA

O que são as terras raras cobiçadas por Trump?

Terras raras são um conjunto de minerais essenciais para a produção de alta tecnologia, de baterias a mísseis ou painéis solares. Não são raras só pela disponibilidade, mas também pela dificuldade de se extrair e isolar os minerais. A China detêm hoje cerca de 69% a 92% da produção de terras raras no mundo, variando com as fontes. Com a escalada da disputa interimperialista com os EUA, com Pequim restringindo a importação desses recursos, por um lado, e Trump respondendo com mais tarifas de outro, os EUA crescem o olho para o Brasil, país que detêm a segunda maior reserva do mundo, só atrás da China. Apesar disso, o Brasil não a explora.

O ministro Haddad já afirmou à imprensa que as terras raras estariam na mesa em troca de uma eventual redução das tarifas impostas por Trump.

NEGOCIAÇÃO É ENTREGA

Em defesa da soberania, contra a entrega do Brasil

O governo Lula, o conjunto da burguesia e a imprensa tentam passar a imagem de que uma negociação com Trump é boa para o Brasil. O que não dizem é que uma negociação em que o país já está nas mãos dos EUA, e ainda mais com o tarifaço e uma série de sanções políticas contra autoridades, qualquer acordo já parte do princípio

de que o país terá que abrir mão de mais do que já entrega.

Parte da classe trabalhadora e da população, submetida a essa propaganda, teme o desemprego e a inflação e apoia a negociação com Trump. É preciso explicar, contudo, que a situação do Brasil, de subdesenvolvimento, baixos salários, superexploração e quase metade do país sem saneamento básico, é causada pela exploração capitalista e a rapina imperialista. Ou seja, grande parte do que os trabalhadores produzem aqui é surrupitada e levada para fora, seja pela exploração direta dos monopólios estrangeiros, seja via pagamento dos juros da dívida pública ou dos dividendos das transnacionais que saem daqui sem pagar um centavo de imposto.

O aprofundamento da entrega do Brasil só vai piorar nossa situação de desindustrialização, subdesenvolvimento, pobreza e superexploração.

POR UMA REAL INDEPENDÊNCIA

Uma mudança do país e das condições de vida da classe trabalhadora pressupõe nos libertarmos das amarras do imperialismo. Isso passa por estatizar os grandes monopólios estrangeiros, sob controle dos trabalhadores, proibir as remessas de lucros e dividendos e suspender o pagamento da dívida aos grandes banqueiros e fundos de investimentos.

O governo Lula, porém, apesar do discurso, nega-se até mesmo a retaliar o ataque dos EUA. Pelo contrário, coloca nossos recursos sobre a mesa. A luta contra o imperialismo estadunidense,

portanto, passa também pela luta contra o projeto capitalista e entreguista do governo Lula e da burguesia, como o arcabouço fiscal e pelo fim da escala 6×1. Por isso, só a organização e a mobilização independente da classe trabalhadora podem conquistar uma verdadeira independência e as reivindicações da nossa classe. ■



Presidente Donald Trump assiste ao discurso na ONU do Presidente Lula da Silva depois o elogia em discurso. Foto: Mark Garten



Encontro do ministro Mauro Vieira com o secretário Marco Rúbio, dos EUA. Foto: Embaixada do Brasil

REFORMA ADMINISTRATIVA

Congresso Nacional e governo Lula avançam o desmonte dos serviços públicos

Medida serve para garantir o arcabouço fiscal



EDUARDO ZANATA,
DE BRASÍLIA (DF)



Reforma Administrativa é uma reedição piorada da PEC 32, do governo Bolsonaro

No início de outubro, o Grupo de Trabalho (GT) da reforma administrativa da Câmara dos Deputados, liderado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), finalmente apresentou seu relatório final. Nele propõe uma reforma dividida em três matérias: uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária.

A proposta apresentada pelo GT, que contou com a colaboração direta do governo Lula por intermédio do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), é parte de uma agenda neoliberal que busca garantir o cumprimento do arcabouço fiscal, criado por Lula e Haddad. Apesar do discurso de modernização, eficiência e fim dos privilégios, a reforma, na verdade, busca avançar em três direções.

- 1** Reduzir o gasto com serviços e servidores públicos por meio de uma reforma

trabalhista para os servidores, precarizando as relações de trabalho, rebaixando salários, ampliando a jornada de trabalho com programas de metas, enxugando carreiras, facilitando o processo de demissão e ampliando o processo de contratação temporária.

2 Ampliar a terceirização e privatização dos serviços públicos, criando mecanismos para que os órgãos sejam obrigados a buscar “mais eficiência dos gastos públicos” a partir de concessões, terceirizações e Parcerias Público-Privadas (PPP).

3 Ampliar a centralização do poder decisório, retirando autonomia de prefeituras, governos, órgãos públicos, autarquias, secretarias, escolas, universidades etc.

ENTENDA

Os principais ataques da reforma administrativa

AMPLIAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCAL PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Estende os limites do arcabouço fiscal de crescimento das despesas com as áreas sociais a todos os estados e municípios, não ficando mais restrito ao orçamento da União.

FACILITAÇÃO DO PROCESSO DE DEMISSÃO DE SERVIDORES

Estabelece um regime de metas e institui um sistema de avaliação de desempenho, baseado em controle e punição dos servidores que não

alcançarem as metas. Servidores que não cumprirem as metas podem ter seu salário reduzido, ser impedidos de progredir na carreira e ser demitidos por insuficiência de desempenho. No entanto, as metas não serão definidas com base nas necessidades da população, mas pelos gestores (cargos comissionados) sem nenhum critério objetivo, favorecendo assédio moral e perseguição política.

EXTINÇÃO DE CARREIRAS

Permite que o Presidente da República extingue carreiras com um simples decreto. Além disso, os servidores em atividade das carreiras que forem extintas poderão ser demitidos mediante pagamento de indenização caso não sejam realocados.

REBAIXAMENTO DE SALÁRIOS E REORGANIZAÇÃO DAS CARREIRAS

O projeto prevê que as carreiras deverão ter, pelo menos, vinte níveis de progressão, e o primeiro nível da carreira deve ser de 50% do valor do último nível. Com a redução do salário inicial e muitos obstáculos para avançar na carreira, os salários dos servidores ficarão ainda mais achatados, e muitos servidores vão acabar se aposentando sem conseguir chegar ao topo das carreiras.

SALÁRIOS FLEXÍVEIS/POR PRODUTIVIDADE

No sistema de metas instituído pela proposta, disfarçado de pagamento de bônus por produtividade, a reforma administrativa vai criar mecanismo de “salário por peça”. O servidor que não cumprir a meta não terá direito ao bônus. Isso implica, na prática, redução de salário.

AMPLIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Um de seus mecanismos vai permitir a contratação de pessoal em regime temporário por até dez anos. Eles não terão direito a carreira e estabilidade, terão salários mais baixos e aposentadorias menores.

AMPLIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

A extinção de carreiras vai abrir ainda mais espaço para terceirizações e privatizações. Uma vez que não seja possível abrir concursos para cargos extintos, os órgãos públicos serão obrigados a contratar empresas terceirizadas, realizar PPP etc. para suprir essas funções.

MOBILIZAÇÃO

Organizar a luta

Servidores públicos de todo o país preparam o primeiro grande processo de mobilização contra a reforma administrativa. Apesar das vacilações das direções governistas das entidades de servidores públicos, a pressão por baixo obrigou a CUT e outras entidades a chamarem uma grande marcha a Brasília no dia 29 de outubro. Nesse momento, a grande tarefa do conjunto da classe trabalhadora é fortalecer e enviar caravanas para a Marcha Contra a Reforma Administrativa.

Ao contrário do que quer essa reforma, precisamos de mais verbas, mais servidores (com garantia de estabilidade), com melhores condições de trabalho e melhor remunerados para garantir os serviços públicos para a

população. Uma reforma administrativa de verdade deveria garantir a participação popular e dos servidores nas definições das políticas públicas e no direcionamento das verbas, democratizar os órgãos públicos com a eleição das chefias e gestores pelos e trabalhadores e acabar com a farra do cabidão dos cargos comissionados. ■



GERAÇÃO Z

Do Nepal ao Paraguai, a juventude rebelde desafia governos e expõe falência do capitalismo

 RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)



O dia 28 de setembro, Dia Latino-Americano e Caribenho pela Legalização do Aborto, é um momento fundamental para reafirmarmos: a luta pela legalização do aborto não é uma questão secundária ou de moral individual, mas um tema vital de saúde pública, de justiça social e de autonomia das mulheres e pessoas que gestam sobre seus corpos.

A chamada geração Z, nascida entre 1997 e 2012, em plenos tempos de guerras, catástrofes climáticas, desemprego estrutural, frustração com a democracia neoliberal e suas falsas promessas, tem protagonizado levantes em diferentes partes do mundo. No Nepal, Quênia, Indonésia, Filipinas, Madagascar, Marrocos, Bangladesh, Peru e Paraguai, centenas de milhares de jovens tomam as ruas, estremecendo governos e expondo o mal-estar profundo com o capitalismo em crise.

Os estopins das mobilizações variam. Em alguns países, são as políticas de austeridade, como a reforma da Previdência no Peru ou os gastos bilionários com a Copa do Mundo no Marrocos, enquanto hospitais e escolas estão à míngua. Em

outros, o gatilho é a repressão e medidas autoritárias, como o bloqueio de 26 redes sociais no Nepal, a Lei da Anistia no Peru e a morte do blogueiro Albert Ojwang no Quênia.

Por trás dos motivos imediatos, há um traço comum na dinâmica: essas revoltas nascem e se articulam nas redes sociais. É ali que uma juventude hiperconectada toma consciência das injustiças globais, constrói uma linguagem própria e converte a frustração em ação direta, que explode em protestos com muita radicalidade.

O passo das redes para as ruas é rápido – e quando o fazem, questionam não só medidas pontuais, mas todo o sistema: governos corruptos, elites políticas privilegiadas e uma estrutura social que condena milhões à miséria.

GERAÇÃO DO FIM DO MUNDO?

A revolta da geração Z nasce da frustração com o futuro prometido pelo capitalismo. Guiada pelo desejo de contestar uma sociedade corroída por corrupção, destruição ambiental e guerras, a revolta que os leva às ruas expressa o despertar de uma juventude que vivencia a sensação de fim do planeta e do seu próprio futuro.

Mas que futuro é esse? O que resta a uma geração que já não acredita na promessa de progresso e estabilidade, pilares do capitalismo do pós-guerra?

Esse sentimento de desesperança já vinha se gestando entre os millenials – a geração mais escolarizada e paradoxalmente mais precarizada. Mas se para eles a ascensão social já parecia um mito distante, para os mais jovens, essa

perspectiva simplesmente ruiu.

Nos países onde explodiram as mobilizações, a desigualdade é brutal. Em Madagascar, por exemplo, 80% da população vive abaixo da linha da pobreza, e 42% dos jovens estão desempregados. O Peru, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é o quinto país do mundo com a maior proporção de jovens que não estudam nem trabalham. A maioria dos países onde explodem os protestos estão abaixo da 110ª posição no IDH mundial.

Não surpreende, portanto, que a desigualdade social e a corrupção sejam o combustível das revoltas.

TRANSFORMAR INDIGNAÇÃO EM CONSCIÊNCIA DE CLASSE

É preciso romper com o horizonte imediato da moral anticorrupção e entender que o verdadeiro inimigo não são apenas os políticos corruptos, mas o próprio sistema capitalista e a dominação imperialista que sustenta sua miséria.

A superação desse horizonte e um programa classista e de ruptura capitalista será forjado na aliança dessa juventude com os trabalhadores. Como fazer a ponte entre a juventude rebelde e os trabalhadores que enfrentam a mesma exploração?

O cenário de pobreza crescente, desemprego, fome e corrupção que indigna a geração Z é também o que pode empurrá-la para uma ruptura mais profunda. No Marrocos, à medida que as manifestações se alastram para os bairros

periféricos, passam a incorporar a luta por emprego e moradia. No Peru, as manifestações da geração Z destravaram um processo de luta que se propagou para setores da classe trabalhadora, culminando na décima segunda greve do transporte em Lima, em 2 de outubro, e na paralisação no porto de Callao. A reação repressiva da ex-presidente Dina Boluarte, que tratou a greve como “terrorismo urbano” foi um empurrão para sua queda.

Nos demais países, é preciso construir essa ponte. A geração Z é filha da barbárie neoliberal e herdeira das derrotas impostas pela esquerda da ordem, mas também carrega em si a força das vitórias das lutas passadas e a centelha da revolução que desponta das novas gerações. Suas formas de mobilização precisam se ligar às organizações da classe trabalhadora. Mesmo travadas por burocracias sindicais e projetos reformistas, essas organizações, quando impulsionadas por um ascenso da luta, podem mudar de rumo rapidamente e se tornar o motor capaz de atingir os setores que concentram a riqueza.

A tarefa dos revolucionários é ligar essa rebeldia a um projeto socialista em cada país e uma perspectiva internacionalista, capaz de transformar a raiva às elites em ódio de classe e a revolta em estratégia de poder da classe oprimida. Essa tarefa só pode ser cumprida até o fim por uma organização revolucionária em cada país, que faça parte da construção de uma Internacional revolucionária e socialista, capaz de unir a experiência da classe trabalhadora e a ousadia das novas gerações. ■

NOVO ANUÁRIO DO ILAESE

O mapa da exploração no Brasil e no mundo



ANA PAULA SANTANA E GUSTAVO MACHADO,
DO ILAESE



O Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese) está lançando o Anuário Estatístico 2025, quarto volume da série. Trata-se de uma das produções mais completas do instituto, apresentando o mapa da exploração dos trabalhadores no Brasil e no mundo e avançando de forma significativa em relação às edições anteriores, tanto pela ampliação dos dados quanto pelo aprimoramento da metodologia que orienta sua organização.

Mas a que serve esse vasto conjunto de informações estatísticas? A economia burguesa, com suas abstrações, trata os números como descrições neutras, imparciais e desinteressadas da realidade. Essa aparência só se sustenta porque oculta, por trás dos dados, as relações sociais de exploração que os produzem. Em sentido oposto, o Anuário parte das fontes oficiais e empresariais para revelar o que elas encobrem: a desigualdade entre as classes, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a hierarquia internacional entre países dominantes e dominados.

COMPREENDO A REALIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Marx e Lênin enfatizavam a importância de produzir materiais com esse caráter e colocava essa tarefa como necessidade política. Em 1867, Marx orientava a Associação Internacional dos Trabalhadores a realizar “uma investigação estatística sobre a situação da classe operária de todos os países, empreendida pela própria classe operária”.

Décadas depois, Lênin propôs a criação de um instituto de investigação voltado a analisar as formas do movimento social a partir do ponto de vista da classe trabalhadora. Ambas as formulações partem de uma mesma convicção: transformar o mundo exige compreendê-lo em suas determinações concretas e articular as necessidades imediatas dos trabalhadores com a necessidade histórica de superar o capitalismo. Cada afirmação programática deve ser demonstrada, e não apenas autoproclamada.

O Anuário retoma essa tarefa. Seu objetivo, no

entanto, vai além de demonstrar a exploração dos trabalhadores nas unidades produtivas de forma isolada. O grande desafio é conectar a exploração do trabalho no local de produção com o Estado, com os diferentes ramos da economia e com a divisão internacional do trabalho, isto é, na hierarquia de dominação imperialista. Só assim se desfaz a falsa oposição entre mercado privado e Estado capitalista. Só assim se critica simultaneamente o liberalismo, que confia na suposta racionalidade do mercado, e o keynesianismo, que deposita no Estado a capacidade de “civilizar” ou administrar o capitalismo.

PERSPECTIVA MARXISTA

Uma ferramenta para disputar os rumos da sociedade

A nova edição está dividida em sete seções. As quatro primeiras tratam do Brasil, reunindo dados sobre mais de 500 grandes empresas, a União, todos os Estados e os principais municípios. Destaca-se uma abordagem inovadora sobre o papel da dívida pública e sua relação orgânica com empresas capitalistas que já não conseguem expandir sua escala de produção, o papel da carga tributária e a dinâmica específica entre setores do capital que produzem e apenas se apropriam do valor produzido.

As três seções finais abordam o cenário internacional, com base em um levantamento inédito de 660 conglomerados empresariais e financeiros em mais de 20 anos de série histórica.

A partir dessa base e de nova metodologia, o Anuário analisa o novo ciclo de dominação no Brasil, a fragmentação da classe trabalhadora, a reorganização da divisão internacional do trabalho, a evolução real da taxa de lucro, o papel das novas tecnologias no processo de acumulação e a disputa estratégica entre as potências imperialistas, em especial Estados Unidos e China.

O Anuário é, acima de tudo, uma ferramenta política a serviço da classe trabalhadora. Busca contribuir para superar a cisão que marcou parte do movimento marxista nas últimas décadas, em que a análise da exploração de classes foi reduzida a um trabalho sindical fragmentado e desvinculado da compreensão da dinâmica do capitalismo nacional e mundial. Esse distanciamento abriu espaço para ilusões reformistas e projetos de mera gestão do capitalismo. O Anuário caminha no sentido oposto: procura integrar teoria, método e dados para armar a classe trabalhadora em uma disputa pelos rumos da sociedade.

O convite está feito: que cada militante, sindicalista e estudioso da realidade brasileira se aproprie deste material, transformando cada luta imediata em ponto de partida para uma disputa consciente sobre os rumos do Brasil e do mundo. ■

Assista: Lançamento da última edição do Anuário Estatístico 2025 do Ilaese

aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou

CLIQUE AQUI



ENCARTE ESPECIAL COP30 O COLAPSO AMBIENTAL É CAPITALISTA

CLIQUE AQUI E ACESSE NA ÍNTEGRA

